



O arroz ecológico Terra Livre: desenvolvimento e empoderamento social *The ecological rice Terra Livre: development and social empowerment*

POLLNOW, Germano Ehlert¹; CALDAS, Nádia Velleda²; SPERLING, Daiane Roschildt³

¹ Universidade Federal de Pelotas, germano.ep@outlook.com; ² Universidade Federal de Pelotas, velleda.nadia@gmail.com; ³ Universidade Federal de Pelotas, daianesperling@hotmail.com

Eixo Temático: Construção do Conhecimento Agroecológico e Dinâmicas Comunitárias

Resumo: A produção orgânica vem assumindo uma inegável importância. No Rio Grande do Sul, se destaca a produção orgânica de arroz em assentamentos de reforma agrária. Assim, o objetivo deste trabalho foi abordar a experiência da produção do arroz ecológico Terra Livre, considerando pontos importantes nesse processo. A metodologia utilizada nesta pesquisa foi qualitativa, a partir da análise dos dados obtidos nas entrevistas realizadas. Além disso, foi realizada uma revisão bibliográfica e documental. Na safra de 2016/2017, foram produzidas 550 mil sacas por 616 famílias em 22 assentamentos e 16 municípios. Essa produção é comercializada com a marca Terra Livre e certificada como produto orgânico. O principal desafio apontado pelos assentados vem sendo a comercialização, especialmente devido ao declínio das políticas públicas para a agricultura familiar. Apesar disso, os resultados demonstraram a importância de um projeto alicerçado em uma agricultura mais sustentável como força motriz de um processo de desenvolvimento e com compromisso social.

Palavras-chave: Agricultura Familiar; Agroecologia; Reforma Agrária; Sustentabilidade.

Keywords: Agroecology; Land reform; Family farming; Sustainability.

Introdução

Frequentemente, recebemos notícias de escândalos alimentares. As fraudes vão desde leite adulterado com formol, ureia e soda cáustica, até a contaminação de alimentos por agrotóxicos acima do que legalmente é permitido ou substâncias proibidas por agências reguladoras.

Entretanto, se por um lado o alto uso de agrotóxicos representa um risco para os consumidores, por outro, a ameaça também se apresenta aos trabalhadores rurais. Mesmo assim, muitas vezes, essas intoxicações acabam negligenciadas. Segundo informações da Organização Mundial da Saúde (OMS), veiculadas pelo Fórum Gaúcho de Combate aos Impactos do Uso de Agrotóxicos (2017), é estimado que no Brasil apenas 2% dos casos de intoxicação por agrotóxicos são registrados como tal. Além disso, segundo documentos da Associação Brasileira de Saúde Coletiva, em 2014 o consumo de agrotóxicos no Brasil fora de 7,3 quilos per capita (ABRASCO, 2015). O resultado desse cenário é preocupante do ponto de vista ambiental, social e econômico e impõe a necessidade de refletir sobre o atual modelo produtivo alicerçado nas bases do capitalismo, da globalização e da Revolução Verde.



É nesse contexto de discussão que surgiram as primeiras experiências de produção de arroz ecológico nos assentamentos de Reforma Agrária no Rio Grande do Sul. Em meio a um cenário de crise na orizicultura, assentados e assentadas decidiram deixar a produção convencional e partir para uma produção orizícola mais sustentável. Atualmente, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) do Rio Grande do Sul é considerado o maior produtor de arroz orgânico da América Latina (BBC BRASIL, 2017). Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é abordar a experiência da produção do arroz ecológico Terra Livre, sob a ótica de alguns aspectos importantes nesse processo.

Metodologia

Este trabalho foi desenvolvido dentro das ações do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Agroecologia e Políticas Públicas para a Agricultura Familiar (NUPEAR) da Universidade Federal de Pelotas (UFPeL). Faz parte de uma dissertação de mestrado defendida em 2018 (POLLNOW, 2018) junto ao Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar (PPG SPAF/UFPeL).

Nessa investigação utilizou-se uma abordagem qualitativa, na perspectiva proposta por Minayo et al. (1999), recorrendo a diferentes fontes de informação. Os dados secundários foram obtidos em instituições governamentais e não governamentais que abordam o tema da certificação dentro de suas agendas de atuação. Houve ainda a apreciação do marco legal brasileiro da produção orgânica (Leis, Decretos, Instruções Normativas, etc.), assim como documentos sobre a certificação do arroz Terra Livre. Posteriormente, obtivemos os dados primários através da realização de nove entrevistas em profundidade, mediante uso de um roteiro semiestruturado que contemplou perguntas abertas e fechadas. Participaram como interlocutores representantes das organizações dos agricultores familiares assentados produtores do arroz Terra Livre, uma técnica da Emater¹ de Canguçu/RS, um dos diretores do Irga² e um auditor da empresa IMO Control do Brasil Ltda. Com autorização destes, as entrevistas foram gravadas e transcritas integralmente. A análise de conteúdo foi o instrumento utilizado para explorar os depoimentos, o que permitiu organizar as informações e construir uma base de comparação entre as diferentes narrativas.

Resultados e Discussão

Em 1995, surgiu a produção de arroz nos assentamentos de reforma agrária da região metropolitana de Porto Alegre, sendo desenvolvida por assentados organizados em cooperativas (CADORE, 2015). Durante o trabalho de campo, quando questionamos sobre o porquê do início da produção de arroz, as respostas convergiram no sentido de que a orizicultura era uma das poucas atividades possíveis diante das características das áreas em que as famílias foram assentadas.

¹ Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural.

² Instituto Riograndense do Arroz.



Com a coordenação da Cooperativa Central dos Assentamentos do Rio Grande do Sul (Coceargs), em 1999 iniciou-se a produção ecológica de arroz nos assentamentos da mesma região (DUARTE, 2014). Conforme nossa pesquisa de campo, a saúde dos trabalhadores comprometida pelo uso de agrotóxicos nas lavouras de arroz e a crise financeira que o setor enfrentou, especialmente nos assentamentos, foram os principais fatores que motivaram o início das experiências.

A iniciativa, que teve seu início em assentamentos da Reforma Agrária da região metropolitana de Porto Alegre, se consolidou. Mas nossa pesquisa de campo evidenciou que a construção de um processo coletivo de aprendizagem foi necessária para superação das dificuldades. Segundo uma de nossas entrevistadas:

As dificuldades “foi” mais assim como que eu vou te dizer, foi a dificuldade do aprendizado mesmo. [...] Foi uma construção, que não tinha receita. As famílias foram e foram um passando informação pro outro [...] (Informação verbal³)

Os estudos realizados por Duarte (2014), Cadore (2015) e Martins (2016) apontaram que as dificuldades estavam associadas ao fato de que as famílias assentadas nessa região não estavam adaptadas tampouco conheciam o cultivo em terras baixas, principalmente por serem originárias do norte do Rio Grande do Sul. A região norte gaúcha é caracterizada por cultivos de sequeiro em virtude do relevo e do solo, sendo que o cultivo de arroz irrigado não faz parte do contexto histórico e cultural do território.

Com o passar dos anos houve um aumento no número de famílias envolvidas e nas áreas de cultivo com a produção ecológica de arroz, sendo inevitável a criação de um mecanismo de governança: o Grupo Gestor do Arroz Ecológico. Este é um espaço de articulação dos assentados, organizados em grupos de produção e em cooperativas de base (MARTINS, 2015). Esse grupo foi constituído em 2004, a partir da representação dos grupos de produção e cooperativas (MARTINS, 2016). Uma de nossas entrevistadas se referiu ao Grupo Gestor do Arroz Ecológico nos seguintes termos:

Esse grupo gestor é onde se senta e discute e é nesse grupo que “dá” rumo pras famílias, e aonde tem os coordenadores de cada grupo, onde participam, aí discutem, fazem a avaliação. [...] Aí essa coordenação tira as definições, “esse fulano aqui a gente vai chamar pra uma conversa, esse vai tomar tal atitude”, então essa decisão é tomada em conjunto pelo grupo gestor (Informação verbal⁴).

Além de criar autonomia na produção e comercialização de arroz ecológico, essa trajetória valoriza as agricultoras e agricultores assentados e seu trabalho. Esse projeto vem ganhando simpatia e confiança. No que diz respeito ao número de famílias e área cultivada nas safras de 2016/2017, conforme nossa pesquisa de

³ Informação fornecida pela interlocutora PR, em entrevista realizada Eldorado do Sul/RS, em junho de 2017.



campo, estiveram envolvidas mais de 600 famílias cultivando cerca de 5.000 hectares em 22 assentamentos e 16 municípios.

Conforme nossos interlocutores, atualmente a comercialização é o principal desafio enfrentado. Conforme diversas entrevistas, a dificuldade de comercialização tem relação com as mudanças políticas que vêm ocorrendo no Brasil. O desmantelamento de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar vem sendo recebida com apreensão nos assentamentos.

Apesar dos desafios enfrentados, passados e presentes, a experiência de produção de arroz ecológico nos assentamentos da reforma agrária expandiu e alcançou números bastante significativos, indicando “a possibilidade de desenvolver a disputa política na sociedade e edificar a construção de relações sociais de novo tipo que apontem para um projeto societário emancipador” (MARTINS, 2015, p. 12).

Concordamos com este autor ao mencionar que as relações entre os assentados e assentadas estão pautadas na ajuda mútua, laços de solidariedade e de base agroecológica, onde “as famílias organizam-se em diversos grupos de produção, cooperativas coletivas, cooperativas de prestação de serviços e cooperativa central, coordenados pelo Grupo Gestor do Arroz Ecológico” (MARTINS, 2016, p. 43).

Conclusões

O atual cenário de exploração dos ecossistemas nos impõe a necessidade de rever o modo como produzimos e o que produzimos. A adoção de práticas que promovam a conservação da biodiversidade, o respeito à natureza e às relações sociais contraídas ao longo desse processo são fundamentais para a construção de um mundo mais sustentável. A produção orgânica deixou de ser utópica e já é uma realidade, não só em pequenas áreas ou culturas de menor escala, como frutas e hortaliças, mas também no caso de culturas que ocupam grandes extensões de terra em suas lavouras, como o caso do arroz.

O caso do arroz Terra Livre, produzido pelos assentamentos de reforma agrária do estado do Rio Grande do Sul, deve ser considerado um caso de sucesso. A evolução da produção, da área cultivada, o envolvimento de mais de 600 famílias de 22 assentamentos distribuídos em 16 municípios do Rio Grande do Sul e o reconhecimento do MST como o maior produtor de arroz orgânico da América demonstra a grandeza de um projeto construído de forma coletiva, alicerçado nas bases de uma agricultura mais sustentável como motriz de um processo de desenvolvimento diferenciado e com compromisso social.

Agradecimentos

⁴ Informação fornecida pela interlocutora PR, em entrevista realizada Eldorado do Sul/RS, em junho de 2017.



Registramos agradecimentos ao CNPq pela concessão de bolsas. Além disso, agradecemos aos assentados, assentadas e seus representantes pela atenção ao nosso trabalho de pesquisa. Somos gratos também pela atenção dos entrevistados da Emater/RS, do IRGA e da IMO Control do Brasil.

Referências bibliográficas

ABRASCO. Associação Brasileira de Saúde Coletiva. Disponível em: <<https://www.abrasco.org.br/site/2015/04/aumenta-a-quantidade-de-agrotoxicos-consumido-por-cada-brasileiro-73-litros/>>. Acesso em dezembro de 2018.

BBC Brasil. Como o MST se tornou o maior produtor de arroz orgânico da América Latina. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-39775504>>. Acesso em fevereiro de 2019.

CADORE, E. A. **A produção de arroz agroecológico na COOTAP/MST**. 2015. 81f. Dissertação (mestrado profissional) - Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.

DUARTE, G. L. **Estratégias de diferenciação de produtos agroalimentares: estudo comparativo entre o arroz orgânico “Amigo do Taim” e o arroz agroecológico “Terra Livre”**. 2014. 167f. Tese (Doutorado em Agronomia) – Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar, Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

FÓRUM GAÚCHO DE COMBATE AOS IMPACTOS DOS AGROTÓXICOS. Disponível em: <<https://www.mprs.mp.br/ambiente/pgn/id1821.htm>>. Acesso em abril de 2018.

MARTINS, A. F. G. Produção ecológica de arroz dos assentamentos da região metropolitana de Porto Alegre: um caso de gestão participativa e geração de conhecimentos. In: **Anais** da III Jornada da questão agrária e desenvolvimento: os sujeitos na soberania alimentar, UFPR, Novembro, 2015.

MARTINS, A. F. G. A construção da emancipação humana nos territórios da reforma agrária: o caso do conglomerado cooperativo da produção ecológica de arroz nos assentamentos da Região Metropolitana de Porto Alegre. **Revista NERA**, v. 19, n. 31, 2016.

MINAYO, M. C. *et al.* **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

POLLNOW, G. E. **Agricultura familiar e processos de certificação de orgânicos: o caso do arroz Terra Livre**. 2018. 120f. Dissertação (Mestrado em Agronomia) - Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar, Universidade Federal de Pelotas. 2018.

Cadernos de Agroecologia – ISSN 2236-7934 - Anais do XI Congresso Brasileiro de Agroecologia, São Cristóvão, Sergipe - v. 15, no 2, 2020.